

LITERATURA INFANTIL COMO VALORIZAÇÃO DAS AFRICANIDADES E AFRODESCENDÊNCIAS NA ESCOLA.

Alexsandra Flávia Bezerra de Oliveira
Universidade Federal do Ceará.
José Nogueira da Silva
Universidade Federal de Alagoas.

Resumo

Compreendendo a importância da literatura infantil para a educação escolar e a formação identitária das crianças trazemos no presente texto uma reflexão acerca da escola enquanto espaço de reprodução da discriminação étnico-racial em nosso país, com o intuito de instigar um trabalho educacional voltado para a valorização da africanidade. Trazemos também uma breve discussão sobre a literatura infantil e descrevemos uma experiência de ensino com duas obras com temática africana e afrodescendente onde houve debate e reflexão acerca de novas histórias e personagens para a valorização das características e heranças africanas e afrodescendentes.

Palavras chave: literatura infantil; escola; africanidade e afrodescendência;

Introdução

Segundo Giroux (1986), as teorias reprodutivistas apontam a escola como espaço central na reprodução das formações sociais necessárias para a manutenção das relações capitalistas de produção onde “historicamente, os trabalhadores tem sido treinados para o seu trabalho” (*Idem, Ibidem*, 109). Temos que concordar, em parte com as afirmações acima colocadas, pois a escola vem sendo lugar de manutenção social, porém não só para delimitar o espaço das classes, mas também, de gênero e etnia, uma vez que, é um ambiente que deveria ser plural, mas acaba se caracterizando como o contrário, mantendo um processo de exclusão, pautado nos valores eurocêntricos, negando, assim, os valores das crianças e adolescentes de origem africana (SOUZA, 2008; CUNHA Jr., 2008).

A presença negra, sua cultura e história estão em todos os espaços da sociedade, a sua ausência está no sistema oficial em todos os âmbitos. Fato que acreditamos acontecer por consequência do descaso para com elementos que nos remetem à presença e à participação do negro na história local. Descaso esse que acontece por consequência da visão eurocêntrica

presente e arraigada no fazer histórico e do “brancocentrismo brasileiro” (CUNHA Jr., 2006) que faz o olhar, a memória e a História perceberem aquilo que é de herança europeia, ignorando as africanidades, observando o que é branco e deixando no esquecimento o que é africano e afrodescendente.

Em sua maior parte, as práticas do ensino escolar ignoram as africanidades, traços culturais africanos, e afrodescendências, cultura africana transformada ou “reprocessada no Brasil” (CUNHA Jr., 2008, p. 234), presentes no processo de construção da história local, o que gera um ônus para a população negra e a sociedade em geral fugindo a responsabilidade de “construir significações positivas da cultura afrodescendente e desenvolver ações que promovam à diversidade cultural e histórica” (NUNES, 2011, p.51) invisibilizando o negro e suas contribuições na nossa construção histórica. Fato perceptível na maioria dos livros que compõe a literatura infantil utilizada na escola e que invisibiliza a presença negra, bem como as suas inúmeras contribuições à história e à cultura locais. Embora esse “silêncio do não falar sobre os temas de interesse dos Afrodescendentes e da cultura trazida pelos Africanos para o Brasil, não cala a herança cultural” (CUNHA Jr., 2008, p. 234) que deve ser reconhecida e discutida nas escolas.

Falamos então de uma herança trazida pelos africanos para o Brasil que chamamos africanidades, elementos das diversas culturas vindas da África que se encontram em nosso país, assim como as afrodescendências constituídas das manifestações culturais erigidas pelos afrodescendentes brasileiros ressignificando e reprocessando o saber ancestral dando origem a uma gama de manifestações afro-brasileiras. Há em nossa terra valores civilizatórios trazidos da África e ressignificados aqui que estão presentes em diversos lugares como “na capoeira, nas comunidades de quilombos, nas casas religiosas de candomblé e umbanda, nos bairros de predominância negra, nas danças e ritmos...” (VIDEIRA, 2008, p. 217), mas também em alguns livros que trazem esses traços culturais africanos e afrodescendentes.

O trabalho com essa literatura é de grande valia para a valorização de nossa herança cultural africana. Não podemos esquecer que vivemos em um país diverso e, por tanto, a Branca de Neve, a Chapeuzinho Vermelho, etc., não representam todas as nossas crianças e não abrem um leque de possibilidades para que, na infância, seja construído o conhecimento, a valorização e o respeito a nossa diversidade.

As crianças negras e/ou afrodescendentes também precisam ver e conhecer princesas negras, histórias que as valorizem com sua cor, cabelos, traços culturais e ancestralidade. Propomos

então, com base no discutido acima, um trabalho de pesquisa e de contação de narrativas com base em dois livros infantis: “Princesas Negras” e “Os Cabelos de Lelê”. Obras da literatura infantil voltadas para a valorização das africanidades, das quais falaremos mais adiante.

A Literatura Infantil presente nas Escolas.

O aparecimento da Literatura Infantil é concomitante com o surgimento da concepção de criança como um ser em desenvolvimento, tal mudança ocorreu por volta do século XVIII, quando adultos enxergavam as crianças como homens e mulheres em miniatura, por isso estes compartilhavam do mesmo espaço daqueles, pois não havia uma atenção especial para os indivíduos em fase de crescimento biológico e intelectual. Segundo Bier (2004), houve uma forte ligação entre a literatura para crianças e a pedagogia, pois muitos educadores esboçaram uma forte preocupação com a falta de uma literatura para crianças e jovens, embora com intenções formativas e informativas.

As profundas transformações ocorridas no âmbito social e econômico, principalmente com o advento do capitalismo e da burguesia, fizeram com que surgisse uma nova concepção familiar e educacional, na qual a criança passou a ocupar um espaço privilegiado. Com o intuito de capacitar cidadãos a fim de enfrentar um mercado de trabalho competitivo, tornava-se imperioso o preparo eficiente das crianças para o trabalho e, conseqüentemente, para um desenvolvimento social sustentável. Nesse sentido, reorganiza-se a escola para que atenda às novas exigências, repensando-se todos os produtos culturais destinados a infância e, dentre eles, especialmente o livro (BIER, 2004, p. 22).

A pesquisadora Ecléa Bosi (1987, p. 43) atesta que “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral” (OLIVEIRA, 2007, p. 33), essa declaração é ratificada pelo imenso acesso de contos populares que inspiraram a literatura infantil, entre os clássicos destacamos Charles Perrault (1628-1703), francês que rejeitou a arte da antiguidade e escreveu/reescreveu contos populares, reunidos no livro “Contos da Mãe Ganso”, possuindo uma escrita com características morais de inspiração cristã. Contudo, suas histórias não se resumiam a isso, embora sempre trouxesse algum ensinamento em suas narrativas,

entre os contos que o autor recolheu destacamos; *Chapeuzinho Vermelho, A Bela Adormecida, Ciderela, Barba Azul e O Pequeno Polegar* (OLIVEIRA, 2007, p. 86-87).

Os irmãos Jakob Grimm (1785-1803) e Wilhelm Grimm (1786-1859) viajaram por diversas regiões da Alemanha e coletaram inúmeros contos populares, contudo essas histórias não eram destinadas às crianças, eles também recontaram narrativas e publicaram em 1812, sob o título “Conto de criança e do lar”, entre os mais famosos estão; *Branca de Neve, João e Maria e Rapunzel* (Id. Ibid. p. 88).

A respeito da Literatura Infantil no Brasil, não há registros de uma literatura voltada para as crianças da época colonial, contudo há um imenso acervo de contos populares conservados pela tradição oral, chamados de “estórias de Trancoso”, nome justificado pela publicação portuguesa de “*Histórias de Proveito e Exemplos*”, do autor português Gonçalo Fernandes Trancoso, lançada em 1575, com imenso sucesso no meio popular ibérico, no entanto, no Brasil, o termo “estórias de trancoso” intitula um gênero narrativo popular, contendo histórias do autor que possuem uma forte intertextualidade com as narrativas orais ou até mesmo outras que não têm participação do autor, a não ser o gênero que possui o seu nome. Acerca do assunto, Moises comenta:

Os demais colonos que continuaram a chegar mais tarde já traziam em sua bagagem os “Contos Populares de Portugal”, recolhidos e publicados em 1569 pelo escritor Gonçalo Fernandes Trancoso e, por isso, conhecidos por “estórias de Trancoso”, ou ainda, “da carochinha” ou do “Arco da Velha” (MOISÉS, 1985, p.252).

O surgimento e a produção de Literatura para crianças em território brasileiro não seria possível sem o surgimento da imprensa, algo que ocorreu tardiamente, no início do século XIX, quando D. João VI vem ao Rio de Janeiro com uma corte contendo cerca de 15.000 pessoas, o que forçou o mesmo a tentar criar, no Brasil, um ambiente mais próspero, fundando escolas de nível superior, o primeiro jornal brasileiro (a *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1808), abrindo bibliotecas e até mesmo financiando pesquisas, configurando assim, avanços sociais, econômicos, científicos e estilísticos (MAXADO, 1980).

Até então, a literatura acima mencionada era justificada para fins didáticos, largamente usados por alunos da elite econômica, assim, os contos infantis da Europa ficaram famosos no Brasil.

Nesse meio, a criança começou a receber uma atenção especial, na qual as estórias infantis não eram apenas utilizadas em momentos de descontração, mas também como instrumentos pedagógicos.

Autores da crítica sociológica do século XX como György Lukács, Mikhail Bakhtin e Antônio Cândido, aqui contemplados por terem algo em comum: pensar a literatura como fenômeno diretamente ligado à vida social. Veem a literatura não como um fenômeno independente ou que a obra literária seja criada a partir da vontade e da inspiração do artista. Ela é criada dentro de um contexto; numa determinada época, onde se pensa de uma certa maneira; portanto, ela carrega em si as marcas desse contexto. E estudando essas marcas dentro da literatura podemos perceber como a sociedade na qual o texto foi produzido se estrutura, quais eram os seus valores (BIER, 2004, p. 40-41)

Levando em conta a citação supracitada, vale salientar que o contexto no qual a literatura infantil foi disseminada e cultivada no Brasil, principalmente no final do século XIX e no começo do século XX, os padrões sociais estavam focados em normas rígidas de comportamento, pois era uma nação que ainda estava buscando uma maior consolidação social (OLIVEIRA, 2007, p. 39). É ainda um período em que se buscava o branqueamento da população e a aproximação do Brasil aos padrões culturais europeus que “é nesse período que os intelectuais passam a difundir princípios científicos que mostram as diferenças biológicas e raciais entre os seres humanos” (NUNES, 2011, p. 52).

Nos primeiros trinta anos do século XX, a política no Brasil é tomada pela preocupação da formação de uma identidade étnica em que o negro é visto como um problema. Assim, na tentativa de embranquecimento da população é incentivada a vinda de imigrantes europeus acreditando que isso traria o desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 2009; NUNES, 2007, 2011; GLEDHILL, 2012).

Tal momento histórico sofreu uma intensa influência portuguesa no que diz respeito à literatura, inclusive infantil, através de traduções de livros lançados na Europa, entre os infantis temos clássicos como; *Os Dons Robinsons*, uma adaptação de *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, e a obra *Conselho e avisos de uma mãe a seus filhos*, de Maria da Trindade de Portugal Malheiro e Melo Baiana. Percebemos então que houve uma tentativa de adaptação de obras européias em uma sociedade multicultural, numa tentativa de homogeneização cultural com o objetivo de branquear e europeizar a educação e o povo brasileiro. No entanto

o perfil atual da sociedade e do aluno brasileiro exige outros olhares a respeito da literatura que é exposta na sala de aula, tendo em vista a histórica presença e contribuição africana e afrodescendente na formação brasileira, bem como a luta dos movimentos negros pelo reconhecimento dessa presença e dessa contribuição o que deu origem a Lei 10.639/03¹ o que nos leva a discutir de maneira mais eficaz o multiculturalismo em que sempre vivemos.

Nesse sentido percebemos que outras histórias devem ser introduzidas no ensino da literatura nas escolas. As crianças precisam conhecer outras princesas, outros heróis e outros estilos de enredos que não aqueles oriundos do continente europeu. A África e seus diversos povos historicamente fazem parte de nosso país e, por tanto, suas lendas, mitos, personagens e histórias também. Propomos, então o exercício de uma nova literatura infantil que traga essa diversidade para a sala de aulas, para que as crianças a conheçam, se reconheçam, percebam a sua importância histórica.

A literatura infantil traz para as crianças modelos de valores, comportamentos que tendem a ser imitados, assim a escola provoca a reprodução de uma homogeneidade através de sua tradição e ensino que trazem a marca do eurocentrismo, fato que traz como consequência a supervalorização curricular ao que é europeu ou euro descendente e uma notável negligência às histórias, culturas e contribuições dos povos não brancos, ou seja, negros brasileiros, povos nativos da América, africanos, etc.

A literatura infantil para a valorização das africanidades traz uma nova contribuição que é a de um olhar multicultural no qual várias possibilidades de modelos e valores são expostos para serem conhecidos e respeitados, por crianças negras e não negras, pois a herança cultural transmitida através dessa literatura é de grande importância para a sociedade em geral independente da ancestralidade, classe social, etc. É preciso conhecer para valorizar e respeitar, bem como para se reconhecer como importante enquanto indivíduo e grupo social. A literatura traz em si o exercício do conhecer, reconhecer, respeitar e valorizar.

Trabalhando a Literatura Infantil para a Valorização das Africanidades.

¹ Lei que altera a LDB em 2003 tornando obrigatório ensino de História e Cultura Africana e Afrodescendente, determinando que Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (NUNES, 2011; OLIVEIRA, 2013).

Trabalhando a disciplina de História em uma turma de 3º Normal Médio da Escola Estadual João Carlos Lócio de Almeida na cidade de Bodocó, Pernambuco, notamos a ausência africana e afrodescendente no material didático o que nos levou a perceber a invisibilidade do negro em outros âmbitos como a mídia e a literatura, com ênfase na literatura infantil e que esse descaso acontece por consequência da visão eurocêntrica presente e arraigada no fazer histórico e do “brancocentrismo brasileiro” como já colocado anteriormente (CUNHA Jr., 2006).

Sendo o Normal Médio um curso de Ensino Médio que se propõe a desenvolver nos alunos habilidades de docência nas séries iniciais de educação básica, ou seja, 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, nos propomos a desenvolver um projeto de contação de histórias em que pudéssemos iniciar uma desconstrução desse eurocentrismo tão arraigado em nossa escola. Assim, em meio a princesas e heróis brancos, nos propomos a procurar livros infantis que pudessem se aproximar da realidade em que está inserida a maioria de nossos alunos e alunas. Para receber a contação de histórias elegemos as turmas de 6º ano da escola, visto que, estando numa escola estadual, não contávamos com as turmas iniciais, por isso essa série trazia maior proximidade com as mesmas.

Tínhamos, então, o problema de encontrar e trabalhar literatura infantil de cunho africano e/ou afrodescendente com as crianças do 6º ano do ensino fundamental da nossa escola. Nesse desafio nos propomos a pesquisar a literatura infantil que remetesse às africanidades; a desenvolver um trabalho com contação de histórias; que esse trabalho se desse como valorização da cultura, da estética, etc., ligada aos africanos e afrodescendentes de maneira que pudéssemos semear mais uma semente que viesse a germinar o respeito às diferenças e à pluralidade cultural.

Constatado o problema e definido os objetivos, foram realizadas pesquisas nas quais encontramos alguns livros infantis acerca do tema tratado, os mesmos foram escolhidos dois: “O Cabelo de Lelê” e “Princesas Negras”. O primeiro, escrito por Valéria Belém, traz a discussão sobre os cabelos crespos e enrolados. Conta a descoberta de uma menina acerca da importância de seus cabelos e das referências identitárias e históricas que ele traz. O segundo, de Ariane Celestino Meireles e Edileuza Penha de Souza, traz um belo texto que caracteriza as princesas africanas e mostra os seus valores ancestrais de honra, altivez, respeito, etc. São

duas obras para o público infantil que podem ser trabalhadas para a valorização das africanidades nas escolas.

As duas obras foram reproduzidas pelos alunos e alunas do 3º Normal Médio em folhas de papel madeira de maneira que o texto e as ilustrações fossem visualizadas pelas crianças no ato de contar as histórias. Uma vez estando prontas as reproduções, foram realizadas rodas de contação e de discussão das histórias enfatizando a beleza negra e a riqueza cultural que existe no Brasil e no povo brasileiro devido às africanidades e afrodescendências que estão fortemente presentes no nosso país e em nossa escola.

De início, a descolonização se deu em relação aos adolescentes que faziam parte da turma do 3º NM. Na medida em que discutíamos a conjuntura e as políticas brasileiras dos séculos XIX e início do século XX foram sendo elencadas as características eurocêntricas da política e da sociedade do Brasil da época e que se reflete em nossos dias. Fomos analisando como o negro é representado pelo livro didático, sempre rotulado como escravo sem saber e nunca como um ser dotado de conhecimentos e tradições culturais que legaram para nós hoje. Foi percebido, também, a folclorização do negro e de suas manifestações culturais, pois a política educacional republicana nos colocou essa forma de ver e tratar a presença negra o que a simplifica e promove atitudes de desprezo e perseguição à cultura africana e aos afro descendentes (CUNHA Jr., 2008).

Tendo como princípio que a educação também transforma e não só reproduz (Giroux, 1986), propomos uma inovação nas histórias e estórias contadas para as crianças, nas quais os estudantes do Normal Médio se propuseram a realizar a contação de histórias o que se mostrou como um indicativo de abertura à diversidade, pois quando propomos uma educação que valorize as africanidades não propomos o apagamento das demais culturas, uma vez que as diversas contribuições no ensino são sempre bem vindas quando vem com o intuito de torná-lo mais próximo dos professores e alunos ou até como nos afirma Gomes (2008, p. 26) quando escreve que:

...as inferências aqui conduzidas parecem ser um dos caminhos que podem ser trilhados na busca de uma prática mais prazerosa, pois o processo de aprendizagem pode ser mais vivo e criativo, quando fazem sentido em nossas vidas, quando nos sentimos presentes de forma construtiva nas discussões e interações em sala de aula, sem discriminações nas avaliações e no material didático utilizado...

A experiência discussiva com os adolescentes foi de fato produtiva e a sua iniciativa de contar outras histórias com base em uma literatura de cunho afrodescendente inovadora, fato que fez do projeto de contação de histórias algo prazeroso e de fundamental importância para que possamos alcançar o ensino que contemple a nossa diversidade, além de valorizá-lo e respeitá-lo.

Conclusão.

A visão eurocêntrica da história foi construída durante décadas de colonização, império e república no Brasil e, portanto, não é fácil combatê-la e desconstruí-la, mas certamente através de diversas e insistentes tentativas nós conseguiremos trazer à escola outra visão que consiga enxergar e valorizar as diferenças daquele que ficou marginalizado pela historiografia.

Percebemos boa aceitação e até admiração por parte das crianças que se surpreenderam com uma princesa negra e sua nobreza, assim como com a riqueza biológica e cultural que representam os cabelos negros, crespos, de Lelê; com a riqueza de detalhes, cores e a beleza das ilustrações e dos motivos afro de decoração. Assim, para o que nos propomos a realizar tivemos um bom resultado, pois tivemos a nossa semente plantada ao lado da curiosidade que ficou em relação às novas histórias de personagens que não fossem europeus habitantes de castelos longínquos, mas que fossem gente como agente: diverso, colorido, afrodescendente.

Enquanto professora, a sensação é de um primeiro obstáculo vencido no caminho que a educação deve trilhar rumo a uma escola cidadã e justa e a conclusão é de que trabalhos como esse são muito bem vindos e necessários, não só porque temos a lei 10.639/2003 para cumprir, mas porque é dever do educador valorizar a identidade cultural de seus alunos, reconhecer sua importância e trabalhar para que cidadãos sejam inseridos na sociedade e que possam fazer dela um espaço de respeito e prática da pluralidade cultural que nos enriquece enquanto povo e nação.

Bibliografia.

BELÉM, Valéria. O Cabelo de Lelê. Brasília: Cia. Editora Nacional, 2008.

BIER, Marilena Loss. A criança e a recepção da literatura infantil contemporânea: uma leitura de Ziraldo. UNISUL. Tubarão, 2004.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 2º Ed. São Paulo: EDUSP.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Metodologia Afrodescendente de Pesquisa. Revista Brasil: UNESP, 2006.

_____. Me Chamaram de Macaco e Eu Nunca Mais Fui à Escola. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

GIROUX, H. Teoria Crítica e Resistência em Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

GLEDDIL, Sabrina. Manuel Querino e a Luta contra o “Racismo Científico”. In.: ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA, Personalidades Negras: trajetórias e dados biográficos. Salvador: Quarteto, 2012.

GOMES, Ana Beatriz Souza. O Movimento Negro e a Educação Escolar: Estratégias de Luta Contra o Racismo. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MAXADO, Franklin. O que é Literatura de Cordel? Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

MEIRELES, Ariane Celestino; SOUZA, Edileusa Penha de. Princesas Negras e a Sabedoria Ancestral. Belo Horizonte: Nandiala: 2010.

NUNES, Cícera. Reisado em Juazeiro do Norte-CE e os conteúdos da História Africana e Afrodescendente: uma proposta para a implementação da Lei 10.639/03. Fortaleza: Faculdade de Educação (UFC), 2007 (Dissertação de Mestrado).

_____. Reisado Cearense. Uma Proposta para o Ensino das Africanidades. Fortaleza: Conhecimento Editora, 2011.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia B. de. Feira Livre de Bodocó: Memórias, Africanidades e Educação. Fortaleza: UFC, 2013 (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. Africanidades e Educação: ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga. São Paulo: USP, 2009 (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. A Literatura para crianças e jovens no Brasil de ontem e de hoje: caminhos de Ensino. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2007.

SOUZA, Edileuza Penha. A Lei N°. 10.639/2003 na Escola – Caminhos para os Tambores de Congo. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

VIDEIRA, Piedade Lino. Dança do Marabaixo: Cultura Negra em busca da Memória do Afroamapaense. In.: GOMES, Beatriz Souza e CUNHA JUNIOR, Henrique (Org.). Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008